

Sem projetos para o esporte

No jogo dos projetos de lei pelo esporte, o time de "cartolas" no Congresso perde de goleada.

Dos 33 projetos de lei classificados como "de esporte" em tramitação no Congresso (25 na Câmara e oito no Senado), nenhum é de autoria de deputados ou senadores da atual legislatura ligados ao futebol.

Deputado de primeiro mandato, Marquinho Chedid (PSD-SP) diz que já apresentou 15 projetos, dos quais dois tratariam especificamente de esporte.

Um deles mexe na estrutura do governo federal na administração do esporte. O outro é de incentivo fiscal para empresas que invistam em escolas de formação de atletas.

Nenhum dos dois está listado na sinopse da Câmara. Além disso, outro projeto de lei sobre incentivos, semelhante ao de Chedid, já tramita na Câmara há dois anos.

Estreante — Também estreante na vida parlamentar, o deputado Eurico Miranda (PPR-RJ) não apresentou nenhum projeto de lei.

"Apresentar projetos só para apresentar não vale a pena", argumenta Eurico, que prefere dar mais atenção ao seu trabalho nas comissões especiais e na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos, da qual é o relator.

Curiosamente, dos 33 projetos registrados como "de esporte", nas seções de sinopse da Câmara e do Senado, a maior parte trata principalmente de outros assuntos.

São projetos ligados indiretamente ao esporte. Como, por exemplo, os três que subsidiam os ingressos dos espetáculos de entretenimento, os quatro que regulam a publicidade de álcool ou cigarro e os dois que mudam o rateio de loterias.

Outros, só muita imaginação pode explicar como foram classificados como "de esporte". É o caso de projetos sobre o acesso às praias em terrenos da marinha, trabalho rural e racismo.

De esporte, mesmo, tramitam apenas sete projetos. Um deles reconhece a capoeira como esporte nacional, outro regula a profissão de treinador e outro modifica a lei do passe. Os demais geralmente tratam da estrutura burocrática.